



A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, EM CUMPRIMENTO AOS ARTIGOS 133 E 136 DO REGIMENTO INTERNO, REALIZARÁ SUA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA OCORRER NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES ÀS 10h DO DIA 18 DE MARÇO DE 2025, COM A SEGUINTE PAUTA:

I. Discussão e votação:

- a) Ata da 4ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa.

II. Ordem do dia:

- a) Discussão e votação das matérias:

DEPUTADO MATHEUS CADORIN

[PL./0031/2025](#), de autoria do **Deputado Marcos da Rosa**, que “Dispõe sobre a disponibilização obrigatória do certificado de registro de veículo (CRV) em formato digital, conhecido como DUT eletrônico, para todos os veículos automotores registrados no estado de Santa Catarina, independentemente do ano de fabricação, e dá outras providências”.

[PL./0021/2025](#), de autoria do **Deputado Padre Pedro Baldissera**, que “Altera o art. 8º da Lei nº 7.543, de 1988, para incluir no rol de isenção do IPVA os veículos de pessoas com deficiência auditiva”.

[PL./0029/2025](#), de autoria do **Deputado Jair Miotto**, que “Dispõe sobre a criação do Programa Jovem Catarinense Empreendedor que promove fundamentos de finanças e empreendedorismo no âmbito das Escolas do Ensino Médio Estaduais vinculadas à Secretaria de Estado da Educação”.

DEPUTADO FABIANO DA LUZ

[PEC./0011/2024](#), de autoria do **Deputado Marquito**, que “Altera o art. 184 da Constituição do Estado de Santa Catarina, para adequar a sua redação, incluir os sistemas lagunares como espaços territoriais especialmente protegidos e previsão de apoio a consórcios entre municípios para a preservação dos recursos hídricos e ao uso equilibrado dos recursos naturais”.



[PL./0548/2024](#), de autoria do **Deputado Fernando Krelling**, que “Declara de utilidade pública o Instituto Luterano Campos Verdejantes, de Campo Alegre, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’”.

[PL./0515/2024](#), de autoria da **Deputada Luciane Carminatti**, que “Altera o anexo único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’, para o fim de declarar de utilidade pública estadual o Grupo Escoteiro Indaíá- 140/SC”.

[PL./0537/2024](#), de autoria do **Deputado Julio Garcia**, que “Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’, para o fim de declarar de utilidade pública estadual a FEDERAÇÃO DE BOCHA RAFA VOLO DE SANTA CATARINA”.

DEPUTADO MAURO DE NADAL

Devolução de vista [PRS./0014/2024](#), de autoria da **Mesa**, que “Altera o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, aprovado pela Resolução nº 001, de 2019”.

[OF./0160/2021](#), de autoria da **Entidade Social**, que “Solicita a alteração da Lei que declara de utilidade pública a Câmara Júnior de Joaçaba e Herval d'Oeste, em Joaçaba, para JCI - Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, em Joaçaba”.

[OF./0027/2024](#), de autoria da **Entidade Social**, que “Da Sociedade Beneficente dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, de Florianópolis, solicitando a alteração da Lei que a declarou de utilidade pública para dar nova denominação à entidade. (Associação dos Militares Estaduais de Santa Catarina - AME/SC)”.

[PL./0006/2024](#), de autoria do **Deputado Rodrigo Minotto**, que “Altera o art. 256-A da Lei nº 14.675, de 2009, que Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências, para ampliar o número de estabelecimentos abrangidos; destinar, aos projetos educacionais de reciclagem, parte do resíduo de óleo coletado; e estender às micro e pequenas empresas o dever de disponibilizar, aos consumidores, postos de coleta de resíduos”.



[PL./0574/2024](#), de autoria do **Deputado Sérgio Guimarães**, que “Dispõe sobre a transferência de créditos de energia elétrica gerados por sistemas de energia solar entre unidades consumidoras no âmbito do Estado de Santa Catarina e dá outras providências”.

[PL./0281/2024](#), de autoria do **Deputado Matheus Cadorin**, que “Dispõe sobre a proibição da emissão e o envio de boleto de pagamento para oferta de produtos e serviços, proposta de contrato ou proposta para associação sem autorização prévia do consumidor no Estado de Santa Catarina”.

DEPUTADO ALEX BRASIL

[PL./0035/2025](#), de autoria do **Deputado Nilso Berlanda**, que “Institui o Dia Estadual do Policial Científico e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que ‘Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado”.

[PL./0028/2021](#), de autoria do **Deputado Marcius Machado**, que “Altera a Lei nº 15.381, de 2010, que ‘Disciplina a nomeação para cargo em comissão na Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Santa Catarina’, para o fim de incluir vedação à nomeação para funções gratificadas de pessoas condenadas, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes praticados contra a mulher, a criança, o adolescente e o idoso, em todas as suas formas”.

[PL./0101/2021](#), de autoria do **Deputado Marcius Machado**, que “Acrescenta art. 256-B à Lei nº 14.675, de 2009, que instituiu o Código Estadual do Meio Ambiente, para estabelecer a vedação da destinação final de resíduos sólidos ou rejeitos em rodovias, ruas, praças, parques e demais logradouros públicos do Território catarinense”.

[PL./0132/2023](#), de autoria do **Deputado Jessé Lopes**, que “Cria a figura do Comitê de Proteção e Bem-Estar Escolar - CPBE, no âmbito do Estado de Santa Catarina, a ser composta por pais, responsáveis e docentes das unidades escolares, e dá outras providências”.



DEPUTADO NAPOLEÃO BERNARDES

[PRS/0002/2025](#), de autoria da **Mesa**, que “Institui o Programa Alesc Itinerante nas Sessões Legislativas dos anos de 2025 e 2026”.

[PL./0581/2024](#), de autoria do **Deputado Nilso Berlanda**, que “Declara de utilidade pública a Associação Autismo Indaial, de Indaial, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’”.

[PL./0051/2025](#), de autoria do **Deputado Fabiano da Luz**, que “Dispõe sobre a criação do Programa "Sempre Alerta" para o envio trimestral de mensagens de texto (SMS) com informações sobre a prevenção e denúncia de abuso sexual infantil no Estado de Santa Catarina”.

[PL./0046/2025](#), de autoria da **Deputada Ana Campagnolo**, que “Institui a Semana Caetano de Conscientização sobre a Distrofia Muscular de Duchenne (DMD) e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado para incluir referida data alusiva no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina”.

[PL./0477/2024](#), de autoria do **Deputado Alex Brasil**, que “Disponibiliza na rede pública de saúde do Estado de Santa Catarina, o exame de sangue CPK aos recém-nascidos, para diagnosticar a Distrofia Muscular de Duchenne”.

DEPUTADO MARCIUS MACHADO

[MSV./0717/2024](#), de autoria do **Governador do Estado**, que dispõe sobre “Veto Total ao Projeto de Lei nº 417/2023, de autoria do Deputado Jair Miotto, que ‘Dispõe sobre a criação do Selo de Conformidade Digital para empresas que atuam no Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências’”.

[PL./0349/2023](#), de autoria do **Deputado Maurício Peixer**, que “Revoga o inciso XI do art. 3º da Lei nº 16.583, de 2015, que ‘Dispõe sobre comercialização de produtos ópticos e licenciamento do comércio varejista e de prestação de serviços de produtos ópticos no Estado de Santa Catarina’, para extinguir a obrigatoriedade de apresentação de Certidão de Regularidade Técnica para o licenciamento de estabelecimentos que especifica”.



[PL./0223/2023](#), de autoria do **Deputado Sargento Lima**, que “Dispõe sobre a autorização para sepultamento em área privada”.

[PL./0332/2024](#), de autoria do **Deputado Camilo Martins**, que “Altera a alínea "k" do inciso V do art. 8º da Lei nº 7.543, de 1988, que ‘Institui o imposto sobre a propriedade de veículos automotores e dá outras providências’, para incluir no rol daqueles veículos de que não se exigirá o IPVA os de propriedade de pessoa com deficiência mental ou intelectual, sem distinção de níveis ou graus de gravidade, ou de seu representante legal, e para ajustar o texto legal à correta denominação da pessoa com deficiência e com Transtorno do Espectro Autista”.

DEPUTADO VOLNEI WEBER

[PL./0092/2021](#), de autoria do **Deputado Fabiano da Luz**, que “Institui o Programa Estadual de Renda Básica de Cidadania e de Renda Básica Emergencial no Estado de Santa Catarina”. Dentro deste projeto foi apensado o PL./0124/2021.

[PL./0572/2024](#), de autoria do **Deputado Marcos da Rosa**, que “Consolida a proibição do vilipêndio de dogmas e crenças relativas à religião cristã sob forma de sátira, ridicularização e menosprezo em eventos realizados no âmbito do Estado de Santa Catarina”.

[PL./0012/2025](#), de autoria do **Deputado Jair Miotto**, que “Dispõe sobre a disponibilização de exemplares da Bíblia Sagrada nas unidades de ensino do Estado de Santa Catarina”.

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO

[PL./0517/2024](#), de autoria do **Deputado Marquito**, que “Declara de utilidade pública a Associação Têxtil Tecer, de São José, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”.

[PL./0047/2025](#), de autoria do **Deputado Fernando Krelling**, que ‘Declara de utilidade pública a Associação Júpiter de Inclusão Social (AJIS), de Joinville, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”.



[PL./0025/2025](#), de autoria do **Deputado Lucas Neves**, que ‘Declara de Utilidade Pública a Associação de Voleibol Feminino de Lages - AVOFEL, do Município de Lages, e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina"’.

[PL./0023/2025](#), de autoria do **Deputado Tiago Zilli**, que “Declara de utilidade pública a Liga Atlético Vale do Mampituba, de Passo de Torres, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”’.

[PL./0530/2024](#), de autoria do **Deputado Carlos Humberto**, que “Declara de utilidade pública a Escola de Educação Básica Prof. Heriberto Joseph Muller, do Município de Blumenau e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública Estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’ para fazer constar nele o nome de tal entidade”.

[PL./0481/2023](#), de autoria do **Deputado Jair Miotto**, que “Denomina Professora Maria José Nunes da Silveira a Escola Básica Estadual do Muquém, localizada no bairro São João do Rio Vermelho, Município de Florianópolis, e altera o Anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, que ‘Consolida as Leis que dispõe sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina”’.